



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2022-FUNSAU

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FINS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE ASSINATURA. TABELA IMPRESSA, REVISTA, LIVROS, ACESSO ÀS EDIÇÕES ELETRÔNICAS E MATERIAIS ONLINE DA REVISTA SIMPRO HOSPITALAR CELEBRADO ENTRE FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU & SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA.

CONTRATANTE: O FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Serzedelo Corrêa, nº 1.167 – Bairro: Batista Campos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.321.731/0001-52, nesta cidade, neste ato representado pelo Diretor, Sr. CEL QOPM R/R RG 12699 RAIMUNDO **AQUINO** DE SOUZA DIAS, Diretor do FUNSAU, nomeado através da Portaria nº 1383/2022 - SCCMO/SP/DGP, publicada no Boletim Geral nº 159, de 29 AGO 2022/PMPA, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com.

SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA – sito à Rua Tibiri, Nº 120, Bairro: Jardim São Paulo, Cidade: São Paulo, CEP nº 02043-070, CNPJ nº 52.704.921/0001-39, Fone: (11) 2281-1090 e (11) 937123855, e-mail – fcabral@simpro.com.br representada neste ato: **REPRESENTANTE LEGAL SR. ODIRSO GOBIS**, Brasileiro, Empresário, Portador da Carteira de Identidade Nº 44226548-SSP/SP, CPF Nº 323.336.338-91, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente Contrato, que tem origem de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 25, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos), regendo-se por esta Lei e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



- 1- O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.069, de 20 de fevereiro de 2006, Resolução Estadual nº 001/2010, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações posteriores, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor - CDC) e posteriores alterações e a Instrução Normativa SEAD/DGL nº 001 de 09 de abril de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

- 2 – O presente Contrato vincula-se às regras do Edital de Credenciamento nº 001/2022, em seu Anexo II, referencial de Custos de Serviços de Saúde do FUNSAU, que para fins de remuneração das Credenciadas e tem como Fundamentação Legal o Art. 25 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

- 3– O OBJETO desde presente CONTRATO consiste na AQUISIÇÃO de livros e publicações médicas, farmacêuticas, científicas, técnicas e culturais. Em razão da necessidade de cumprir as normas do **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2022**, Anexo II, no tocante da utilização da **REVISTA SIMPRO HOSPITALAR**, no serviço de auditoria médica, garantindo se assim eficiência e eficácia nas análises realizadas diariamente, uma vez que as tabelas referenciadas são atualizadas mensalmente.

3.1– Faz-se **AQUISIÇÃO DE 01 (uma) ASSINATURA DA REVISTA SIMPRO HOSPITALAR** no período de **12 (doze) meses** (06 edições, atualizadas bimestralmente), visando atender as necessidades da Seção de Contas Médicas conforme **Ofício nº 122 do dia 22 de outubro de 2022 – GT/FUNSAU e Ofício nº 005 do dia 21 de outubro de 2022 – GT/FUNSAU.**

DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AQUISIÇÃO:



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
REVISTA SIMPRO HOSPITALAR	06	R\$ 105,83	R\$ 635,00
VALOR TOTAL			R\$ 635,00

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4 – O presente Contrato Administrativo terá duração de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO DESTE CONTRATO

5– O OBJETO DESTE CONTRATO será fornecido mensalmente e quinzenais (REVISTA SIMPRO IMPRESSA), mediante solicitação formal através de Ordem de fornecimento emitida pelo FUNDO DA SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES (FUNSAU) e deverão ser entregues na sua totalidade à contratante e recebido desde que estejam de acordo com as especificações do EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2022.

DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES demais regras deste instrumento, sob pena das sanções legais cabíveis, considerando-se ainda os procedimentos enunciados a seguir:

5.1 – O fornecimento será efetuado mediante **EMPENHO**, com prazo de **entrega de 10 (dez) dias corridos**, contados a partir da emissão da **NOTA DE EMPENHO (NE)**;

5.2 – O OBJETO DESTE CONTRATO deverão ser entregues no FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU, na SALA DO SETOR DE CONTRATOS, sito à Av.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



Serzedelo Corrêa, nº 1.167, entre Trav. Caripunas e Trav. Timbiras, Bairro: Batista Campos – CEP 66.033-770, Belém-PA, no horário de 09:00 às 14:00, de Segunda-feira a Sexta-feira, Fone: (91) 98451-1269 / (91) 98463-6696, e-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com

5.3 – Os materiais fornecidos deverão ser entregues em embalagem adequada para proteger o conteúdo contra danos durante o transporte, desde a origem até o local da entrega, devendo consignar, obrigatoriamente as suas validades;

5.4 – Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso e de boa qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências da **Lei nº 8.078 de 11 de Setembro de 1990 - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC** –. Deverão ainda, conter especificações das características peculiares e, quando for o caso, possuir especificações de peso, medida, quantidade, orientações de empilhamento, período de garantia, prazo de validade e demais informações que se fizerem necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos;

5.5– Os materiais deverão ser entregues com prazo de garantia de 12 (doze) meses, a contar da data de entrega, de acordo com a PROPOSTA PARA ASSINATURA DA REVISTA SIMPRO HOSPITALAR IMPRESSA, anexada ao contrato (anexo I).

5.6 – A Contratada ficará obrigada a trocar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação feita pelo FUNSAU, sem qualquer ônus para a Administração Pública, o objeto contratado que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação;

5.7 – Os objetos apresentados pela Contratada serão analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem às especificações exigidas na **PROPOSTA PARA ASSINATURA DA REVISTA SIMPRO HOSPITALAR IMPRESSA** e no **CONTRATO**, serão devolvidos devendo ser substituídos imediatamente a partir da notificação feita pelo FUNSAU;

5.8 – As empresas na qual tiverem seu setor de distribuição **não sediadas em Belém-PA**, não deverão impor restrições ao fornecimento dos materiais.

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA E PRAZO DE VALIDADE DOS MATERIAIS

6 – Entende-se por garantia para os fins a que se destinam este Contrato, aquela destinada a existência de falhas ou quaisquer defeitos de fabricação que comprometam a qualidade do material, compreendendo substituições dos produtos e demais correções necessárias;

6.1 – Os prazos para a solução de garantia dos objetos deverão ter início a partir da data do recebimento definitivo sem ônus adicional para a contratante;

6.2– O prazo para implementação da garantia compreende as substituições dos produtos, ajustes na quantidade e demais correções necessárias;

6.3 – Os chamados relativos à garantia serão feitos pela contratante, por escrito ou por telefone, obrigando-se a empresa a atendê-la no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas e, se necessária à troca do material, deverão substituí-lo por outro de igual especificação e serem devolvidos em até 72 (setenta e duas) horas corridas.

6.4 – Caso durante o prazo de garantia seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características dos materiais de consumo, a contratante comunicará o fato por escrito, ao fornecedor, sendo de até de 48 (quarenta e oito) horas corridas o prazo para correção dos defeitos, contadas a partir da solicitação efetuada;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

7– Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas para habilitação na Licitação efetuada, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

7.1 – O FUNSAU deverá ser informado sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do Contrato atualizado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



8 - São obrigações da **CONTRATANTE**:

8.1 – Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATANTE**

Obriga-se a:

8.2 – Receber **PROVISORIAMENTE** o material, disponibilizando local, data e horário;

8.3 – Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos **PROVISORIAMENTE** com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.4 – Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Instrumento (presente no item 11.4 da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA);

8.5 – Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato através de comissão ou servidor designado como Representante da Administração do FUNSAU, que anotarà, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;

8.6 – Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;

8.7 – Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9 – Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a:

9.1 – Colocar à disposição do FUNSAU os meios necessários à comprovação da qualidade dos produtos, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito na CLÁUSULA TERCEIRA e CLÁUSULA QUINTA deste instrumento.

9.2 – Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta acompanhado da respectiva Nota Fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.3 – Declarar detalhadamente a garantia dos produtos, contado a partir da data do recebimento definitivo, indicando inclusive:


Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



9.3.1 – Prazo para sanar os óbices, compreendendo reparos e substituições dos objetos, obrigando-se a devolvê-los em perfeito estado de uso, que será no máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas a partir da solicitação efetuada;

9.3.2 – Disponibilização e fornecimento de todos os materiais necessários ao saneamento dos óbices ocorridos;

9.4 – Fornecer os produtos novos de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante, e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e especificações;

9.5 – Responsabilizar-se pela (s) garantia (s) do (s) produto (s), objeto deste contrato, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e normas regulamentadas pela ANVISA;

9.6 – Utilizar durante as garantias, somente materiais que tenham padrões de qualidade iguais ou superiores aos materiais utilizados na fabricação dos produtos;

9.7 – Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.8 – Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

9.9 – Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do Contrato;

9.10 – Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



10– O ACOMPANHAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, que serão exercidos por uma **COMISSÃO FISCALIZADORA** será constituída por Servidores Militares nomeados pelo Diretor do **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU**, através de Portaria, conforme a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho 1993 (Licitação e Contratos) e Decreto Estadual nº 870 de 04 de outubro de 2013, ficando a **CONTRATADA** obrigada a atender as observações de caráter técnico da comissão fiscalizadora, que se acha investida de plenos poderes para:

10.1 – Conferir se o Objeto entregue está de acordo com as especificações técnicas exigidas;

10.2 – Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não seja comprovadamente novo, assim considerado de primeiro uso, bem como solicitar sua substituição eventualmente fora das especificações exigidas no edital que é parte integrante deste contrato, no prazo de 03 (três) dias úteis, devendo o fornecedor efetuar a substituição do material também em 03 (três) dias após a comunicação do servidor;

10.3 – Conferir e assinar os **Termos de Recebimento Provisório e Definitivo** após a remessa única dos objetos solicitados à CONTRATADA;

10.4 – Informar a Direção do **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU** as ocorrências que exijam decisões e providências que ultrapassem a sua competência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11 – A Nota Fiscal deverá fazer referência ao número da Cotação Eletrônica e Contrato, constando inclusive o número do telefone da empresa fornecedora e a descrição dos objetos fornecidos.

11.1 – No caso de devolução da Nota Fiscal, Fatura ou Recibo para correção, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos.

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



11.2 – A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Contrato.

11.3 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

11.4 – O pagamento a ser efetuado mediante o processamento de documento de cobrança apresentado pela CONTRATADA, devidamente certificado por fiscal credenciado ao FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU, o pagamento será realizado em C/C do **Banco BRADESCO (237), Agência nº 0091-4 – nº 151164-5.**

11.5 – A fim de verificar a manutenção das condições de habilitação, será procedida consulta "ONLINE" junto ao SICAF ou nos sistemas de consulta disponibilizados, antes de cada pagamento a ser efetuado ao fornecedor, para verificação da situação do mesmo, relativamente às condições exigidas no empenho, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

11.6 – Constatada a irregularidade fiscal e/ou trabalhista, o Órgão ou Entidade contratante poderá aplicar, garantido o contraditório e a ampla defesa, as penalidades decorrentes do Art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

11.7 – Não será motivo para retenção de pagamento, a irregularidade fiscal e trabalhista por parte da Contratada. Contudo, constatada a situação de irregularidade, o Órgão ou Entidade Contratante deverá advertir, por escrito, à contratada, a fim de que esta, em prazo exequível, regularize sua situação junto ao SICAF ou em qualquer outro órgão fiscalizador, e no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do CONTRATO.

11.8 – O pagamento será creditado em conta corrente da CONTRATADA, até 30 (trinta) dias a partir da entrega do objeto deste Contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, por meio de Ordem Bancária, devendo para isto ficar explicitado o nome da agência, localidade e número da Conta Corrente em que deverá ser efetivado o crédito,

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



devendo a CONTRATADA estar em situação fiscal regular nos sistemas disponibilizados para consulta e no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) relativas ao mês da competência.

11.9– Será susgado o pagamento do evento, sem prejuízo das obrigações da **CONTRATADA**, quando a mesma deixar de cumprir as especificações e cláusulas contratuais vinculadas a tal evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

12 – Caberá ao **PRESIDENTE DA COMISSÃO FISCALIZADORA DO CONTRATO**, nomeados pelo Diretor do FUNSAU, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto deste Contrato, para efeito de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

13- Os Recursos Financeiros necessários ao atendimento do pagamento das obrigações decorrentes deste CONTRATO ADMINISTRATIVO no presente exercício estão previstos na DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA do FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU em conformidade no Inciso III, §2º do Art. 7º da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14 – Os Recursos Orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento aprovado do **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU**.

OFÍCIO Nº 272 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2022 – GAF/FUNSAU

FONTE: 0150 (Recurso Próprio)

0350 (Recurso Próprio – Superávit)

PROGRAMA DE TRABALHO: 06.303.1502.8277.0000

PI: 1050008277C

NATUREZA DA DESPESA: 33903901 (assinaturas de periódicos e anuidades)

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



VALOR: R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais)

LÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PRAZO DA ENTREGA, DO LOCAL E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

15– O fornecedor deverá entregar o OBJETO DESTE CONTRATO em até 10 (dez) dias úteis.

15.1 – O prazo acima citado será contado a partir da data de recebimento da **Nota de Empenho (NE)**.

15.2 – Os **OBJETOS DESTE CONTRATO** deverão ser entregues no **Fundo de Saúde da Polícia Militar do Estado do Pará – FUNSAU, no Setor de Contratos, Av. Serzedelo Corrêa, nº 1.167, entre Trav. Caripunas e Trav. Timbiras, Bairro: Batista Campos – CEP 66.033-770, Belém-PA, no horário de 09:00h às 14:00h, de segunda-feira a sexta-feira, telefone: (91) 3233-2897 / (91) 98463-6696, e-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com**

14.4 - Os **OBJETOS DESTE CONTRATO** deverão ser considerados de primeiro uso, ou seja, **ORIGINAL NOVO** e deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos no transportes e manuseio, acompanhados das respectivas **Notas Fiscais**.

14.4.1 – Os **Objetos** deste contrato, quando de origem estrangeira, deverão conter na embalagem informações em português para conhecimento e classificação do produto nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 – **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC**.

14.4.2 – Os materiais serão recebidos por servidor designado pelo setor competente.

14.4.3 – Caberá à comissão ou servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, bem como determinar prazo para substituição do produto eventualmente fora de especificação.

14.5 – Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



14.5.1 – Provisoriamente no ato da entrega, no SETOR DE CONTRATOS DO FUNSAU para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constantes das propostas da empresa, levando-se em conta as especificações exigidas.

14.5.2 – Definitivamente após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento provisório e sua consequente aceitação, mediante a emissão do Termo Definitivo assinado pelas partes.

14.5.3 – A empresa deverá comunicar a comissão fiscalizadora ou ao servidor designado, com 48h de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega do Objeto deste contrato, por escrito e através dos telefones: (91) 3233-2897 / (91) 98463-6696, e e-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PREÇO

15 – O preço total para a execução dos objetos contratados importa na quantia de **R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais)**, conforme o disposto no Ofício nº 272 do dia 24 de novembro de 2022 – GAF/FUNSAU.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16– O CONTRATO ADMINISTRATIVO a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na **Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos)**, desde que haja interesse do **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU**, com apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

17 – No interesse da Administração, o valor inicial poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na **Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos)**;

17.1 – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições licitadas, os **acréscimos** ou **supressões** que se fizerem necessários.

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



17.2 – Nenhum **acréscimo** ou **supressão** poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as **supressões** resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO

18 – A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parte alguma deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Fusão, Cisão ou Incorporação só será admitida, com o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE**, desde que não afete a boa execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19 – A Contratada que não cumprir as exigências estipuladas neste Contrato, poderá ter suspenso o direito de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, bem como terá registrada a penalidade junto ao SICAF, mediante procedimento administrativo que lhe assegurará o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais, (Lei Estadual nº 6.474/2002, artigo 11, Decreto Estadual nº 2.069/2006, artigo 29).

19.1 – Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o FUNSAU poderá aplicar ao fornecedor, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, em conformidade com os Artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993:

I – Advertência;

II – Multa; e

III – SUSPENSÃO temporária de participar em licitação, e impedimento de contratar com a Administração da Contratante, pelo prazo não superior de 02 (dois) anos, e dosado segundo a gravidade da falta cometida;

IV – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior;

19.2 – Identificada a necessidade de instauração de processo administrativo para apurar responsabilidades da Contratada, o representante da mesma será comunicado da possibilidade de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para o oferecimento de defesa prévia;

19.3 – No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista aos autos na sede do FUNSAU;

19.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

19.5 – DA ADVERTÊNCIA:

19.5.1 – A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesa deste FUNSAU/PA.

I – Quando ocorrer o descumprimento da obrigação no âmbito do procedimento licitatório;

II – Se ocorrer o descumprimento da obrigação na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o CONTRATO.

19.6 – DA MULTA:

19.6.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo ordenador de despesa deste FUNSAU/PA, por atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I – 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia de atraso, na entrega do material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente ao valor do Contrato até o máximo de 9,9% que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



II – 0,66 (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III – 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do dispositivo nos incisos I e II deste subitem;

IV – 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, exceto prazo de entrega;

19.6.2 – A multa será formalizada por simples Apostilamento contratual, na forma do Artigo 65, § 8º da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido a contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I – Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo Contrato, quando for o caso;

II – Mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e

III – Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

19.7 – DA SUSPENSÃO:

19.7.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração e será imposta pelo ordenador de despesa do FUNSAU, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores e no Sistema de Cadastramento Unificado de fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I – Por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II – Por até 90 (noventa) dias, quando a licitante, deixar de entregar, no prazo estabelecido no Edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



III – Por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o Contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, de falhar ou fraudar na execução do Contrato; e

IV – Por 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) Receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento.

19.7.2 – A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Estado;

19.2.3 – O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

19.3 – DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE:

19.3.1 – A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Diretor do Fundo de Saúde dos Servidores Militares do Estado do Pará – FUNSAU, ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual;

19.3.2 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública Estadual será proposta pelo FUNSAU e endereçada ao Secretário Estadual de Administração para aplicação à contratada que incorrer em um dos casos a seguir:

19.3.3 – For condenada, em sentença irrecorrível, por praticar, com dolo, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

19.3.4 – Praticar ato ilícito, visando frustrar os objetivos da licitação, bem como durante a execução do contrato;

19.3.5 – Apresentar proposta inexecutável ou temerária, frustrando os objetivos da licitação;

19.3.6 – Demonstrar não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão licitador, em virtude da prática de ato ilícito, tais como:

- a) Agir com malícia e premeditação em prejuízo do órgão licitador;

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



- b) Apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;
- c) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento expresso do órgão licitador.

19.3.7 – A penalidade aplicada será registrada no cadastro do FUNSAU e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada pelo período estabelecido na penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais;

19.3.8 – A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção;

19.3.9 – A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Estado, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Estado, e à Administração Pública, consoante o artigo 87, IV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos).

19.4 – DO DIREITO DE DEFESA:

19.4.1 – É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação;

19.4.2 – O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade;

19.4.3 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

19.4.4 – Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser no Diário Oficial do Estado, devendo constar:

- I – A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II – O prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III – O fundamento legal da sanção aplicada; e
- IV – O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

19.5 – Após o julgamento do recurso, ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no *sítio* <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

19.6 – Ficam desobrigados do dever de publicação no Diário Oficial do Estado às sanções aplicadas com fundamento nos itens 03 e 04 deste capítulo de penalidades, os quais se formalizam por meio de simples Apostilamento, na forma do artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

20 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua **rescisão**, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal de nº 8.666 de 21 de junho 1993 (Licitação e Contratos).

20.1 – A **rescisão** do Contrato poderá ser:

20.1.1 – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração do **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU** nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

20.1.2 – Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração do **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU**;

20.1.3 – Judicial nos termos da legislação.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



20.2 – A **rescisão** administrativa será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

20.3 – Os casos de **rescisão** contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado os princípios do contraditório e ampla defesa nos termos do artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988;

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

21 – A execução do Contrato, bem como os casos neles omissos, regular-se-ão pela Lei Estadual nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos), pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos), combinado com o inciso XII do Art. 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

22 – As obrigações do presente Contrato suspender-se-ão sempre que ocorrerem circunstâncias alheias à vontade, controle e ação das partes, causadas por motivo de força maior ou caso fortuito, na forma do Código Civil de 2002, desde que sua ocorrência seja alegada e comprovada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

22.1 – Serão considerados casos fortuitos, ou de força maior, para efeito de rescisão contratual unilateral ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a realização da entrega do objeto do Acordo no local indicado:

- a) Greve geral;
- b) Interrupção dos meios normais de transportes que impeça a locomoção do pessoal;
- c) Calamidade pública;

Endereço: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1167 entre as Ruas Caripunas e Timbiras, Batista Campos, Belém – Pará
CEP 66.033-770, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



- d) Acidentes, sem culpa da **CONTRATADA**, que impliquem em retardamento da execução da atividade;
- e) Consequências, devidamente comprovadas, de condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais e não passíveis de previsão;
- f) Eventuais atrasos decorrentes de dificuldades técnicas que venham a requerer a modificação do Projeto e Especificações, desde que autorizada pelo **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU**;
- g) outros casos que se enquadrem no **PARÁGRAFO ÚNICO**, do Art. 393, do Código Civil Brasileiro.

22.2 – Qualquer dos motivos acima enumerados deverá ser devidamente justificado pela **CONTRATADA** perante o **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU**, por escrito.

22.3 – Sempre que ocorrerem situações que impliquem em caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao **FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES - FUNSAU**, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado 24 (vinte e quatro) horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS VIAS DO CONTRATO

23 – Do presente Contrato são extraídas 02 (duas) vias:

- a) 01 (uma) para a **CONTRATANTE**
- b) 01 (uma) para a **CONTRATADA**
- c) 01 (um) em extrato contendo a publicação no **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ**.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA– DAS CÓPIAS DO CONTRATO

24 – Do presente Contrato são extraídas as seguintes cópias:

- a) 01 (uma) para a **COMISSÃO FISCALIZADORA DO CONTRATO OU FISCAL TITULAR E FISCAL INTERINO DO CONTRATO.**
- b) 01 (um) em extrato contendo a publicação no **DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

25—O presente Contrato será publicado sob forma de extrato no Diário Oficial do Estado do Pará, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data de sua assinatura, de conformidade com o que dispõe o art. 28, § 5º da Constituição Estadual de 5 de outubro de 1989 – LEGIS-PA, e Art. 61, **PARAGRAFO ÚNICO** da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 – LICITAÇÃO E CONTRATOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

26 – Todas as comunicações ou notificações relativas a este Contrato serão enviadas para os seguintes endereços:

26.1 – CONTRATANTE: Av. Serzedelo Corrêa, nº 1.167, entre Trav. Caripunas e Trav. Timbiras, Bairro: Batista Campos – CEP 66.033-770, Belém-PA;

26.2 – CONTRATADA: Rua Tibiri, Nº 120 – Bairro: Jardim, Estado de São Paulo – SP, CEP nº 02043-070;

26.3 – A CONTRATADA declara neste ato ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA - DAS COMUNICAÇÕES



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE



27 – As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão feitas sempre por escrito ou por e-mail, desde que sejam subscritos ou assinados por quem as represente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

28 – É competente o Foro da Justiça do Estado do Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir todas as questões relativas ou resultantes do presente CONTRATO.

E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes e testemunhas a seguir, a todos os atos presentes:

Belém-Pa, de de 2022

Mundo Aquino de Souza Dias
CEL PM RG. 12699

**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES
MILITARES DO PARÁ – FUNSAU**

CONTRATANTE

**SIMPRO PUBLICAÇÕES E
TELEPROCESSAMENTO LTDA**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Erik Maximus S. L. dos Reis

CPF: 035.835.092-18

2. Giam Carlo Magela Cabral Falcão

CPF: 026.983.402-03

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº005 2022 FUNSAU & SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA pdf

Código do documento a61bc574-b13d-41ef-ac4e-f7aa6e859d08



Assinaturas



HELENA CRISTINA MELIM MENDONCA GOUVEIA

hgouveia@simpro.com.br

Assinou como testemunha

Helena Cristina Melim de Mendonça Gouveia



ODIRSO GOBIS

representante_legal@simpro.com.br

Assinou como parte

Odirso Gobis

Eventos do documento

27 Dec 2022, 11:19:22

Documento a61bc574-b13d-41ef-ac4e-f7aa6e859d08 **criado** por DORA ALICE GERALDO SANTOS (225df036-db70-41f5-978b-0e24ff010afd). Email: dsantos@simpro.com.br. - DATE_ATOM: 2022-12-27T11:19:22-03:00

27 Dec 2022, 11:20:33

Assinaturas **iniciadas** por DORA ALICE GERALDO SANTOS (225df036-db70-41f5-978b-0e24ff010afd). Email: dsantos@simpro.com.br. - DATE_ATOM: 2022-12-27T11:20:33-03:00

27 Dec 2022, 11:21:32

HELENA CRISTINA MELIM MENDONCA GOUVEIA **Assinou como testemunha** (39bdfcd5-ac85-4b15-ab91-8688510f2756) - Email: hgouveia@simpro.com.br - IP: 201.69.120.34 (201-69-120-34.dial-up.telesp.net.br porta: 42312) - Documento de identificação informado: 296.045.008-64 - DATE_ATOM: 2022-12-27T11:21:32-03:00

04 Jan 2023, 14:49:00

ODIRSO GOBIS **Assinou como parte** (552f9dcb-546e-4ea9-ae21-1d206f23b301) - Email: representante_legal@simpro.com.br - IP: 189.111.235.203 (189-111-235-203.dsl.telesp.net.br porta: 14092) - Documento de identificação informado: 323.336.338-91 - DATE_ATOM: 2023-01-04T14:49:00-03:00

Hash do documento original *

(SHA256): 8e067230f515de98339962aec9b7e6e43fcad4601d5bfbbebb222bb0f6cd1d67f

(SHA512): eec597be6718c3b1589bb977a1a730ef03357b0812ca1f5ff7c6e48b669d1892a6be35885aac8eee64acac8f2865027bfff58e2f5db494c445fd15c72ddb50277

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 0142/2023 – DGP/SP/SCCMP

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 053/2006, e considerando o disposto no artigo 98, inciso VIII e o 127, da Lei Estadual nº 5.251/1985, Considerando a cópia da certidão de óbito, matrícula nº 066779 01 55 2023 4 00038 204 0018070 16, expedida pelo Cartório do 2º Ofício – Itaituba/PA, do 2º SGT PM RG 21952 JOSÉ VILMAR SOUSA DA SILVA, expedida em 08 de janeiro de 2023 (PAE Nº 2023/33100);

RESOLVE:

Art. 1º EXCLUIR do serviço ativo da PMPA, o 2º SGT PM RG 21952 JOSÉ VILMAR SOUSA DA SILVA, a contar de 07 de janeiro de 2023, em virtude do seu falecimento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 12 de janeiro de 2023.

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044

Comandante Geral da PMPA

Protocolo: 894915

PORTARIA Nº 0021/2023 – DGP/SP/SCCMP

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ, no exercício da atribuição prevista no artigo 8º, inciso VIII, da Lei Complementar Estadual nº 053/2006, e considerando o Memorando nº 488/2022-CorGERAL, de 28 de dezembro de 2022, que anexa a Certidão de Trânsito em Julgado Administrativo, na qual o Corregedor Geral da PMPA, certifica que a Decisão Administrativa do Recurso Hierárquico referente ao Processo Administrativo Disciplinar Simplificado de PORTARIA Nº 002/2020-CorGERAL, transitou em julgado na administração pública militar em 22 de dezembro de 2022, com a publicação no Aditamento ao Boletim Geral nº 233, de 22 de dezembro de 2022, a qual indica a punição de LICENCIAMENTO A BEM DA DISCIPLINA ao SD PM RG 42416 JOSIEL FERREIRA DA ROSA (PAE Nº 2023/226);

RESOLVE:

Art. 1º LICENCIAR A BEM DA DISCIPLINA da Polícia Militar do Pará, o SD PM RG 42416 JOSIEL FERREIRA DA ROSA, matrícula funcional nº 64022171, por Decisão Administrativa referente ao Processo Administrativo Disciplinar Simplificado de PORTARIA Nº 002/2020-CorGERAL.

Art. 2º EXCLUIR da folha de pagamento o SD PM RG 42416 JOSIEL FERREIRA DA ROSA, providencie o Departamento Geral de Pessoal da PMPA.

Art. 3º Determinar ao Chefe do Departamento Geral de Pessoal da PMPA, que conforme o estabelecido no artigo nº 104 da PORTARIA Nº 069/2019 – GAB. CMDº, publicado no Aditamento ao BG Nº 078 – de 24 de abril de 2019, revogue a cautela do Equipamento Policial Individual, bem como tome as medidas cabíveis para recolher todo o material bélico e o respectivo documento de autorização para porte da arma de fogo.

Art. 4º Determinar ao Chefe do Departamento Geral de Pessoal da PMPA, o recolhimento de sua cédula de identidade funcional para fins de imediato encaminhamento ao Departamento Geral de Pessoal da PMPA.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Quartel em Icoaraci/PA, 12 de janeiro de 2023.

JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044

Comandante Geral da PMPA

Protocolo: 894916

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL Nº 004/2022 – CCC: NOMEAR o TEN CEL QOPM RG 30353 JOÁS SOUZA PEREIRA, em substituição ao TEN CEL QOPM RG 26328 JORGE AUGUSTO LARANJEIRA MELO, para exercer a função de fiscal do Contrato Administrativo nº 001/2022 – DAL/PM celebrado entre a PMPA e a Empresa VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, na circunscrição do CPRVII Capanema/PA; cujo objeto destina-se a Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de gerenciamento, para realização de manutenção de frota própria da PMPA; NOMEAR o MAJ QOPM RG 35463 LUIS CARLOS FARIAS DE OLIVEIRA como fiscal interino em substituição ao MAJ QOPM RG 27280 WAGNER JORGE VINAGRE MENDES; Registre-se, publique-se, cumpra-se; Belém/PA, 12 de Janeiro de 2023; GISELY MORAES DE CARVALHO – TEN CEL QOPM RG 30354; Chefe do Centro de Compras e Contratos da PMPA.

Protocolo: 895058

ERRATA

Errata da PORTARIA Nº 1911/21/DI/DF, contida no DOE nº 34.739 do dia 19/10/2021; Onde Lê-Se: SD PM Dionildo Lacerda Borges; CPF: 914.691.202-91. **Leia-Se:** SD PM Dionildo Lacerda Borges; CPF: 914.691.202-91; Valor R\$ 506,40. Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA.

Errata da PORTARIA Nº 3181/22/DI/DF, contida no DOE nº 35.037 do dia 07/07/2022; Onde Lê-Se: Período: 08 a 11/06/2022; **Leia-se:** Período: 08 a 11/07/2022; Ordenador: CEL QOPM ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA.

Protocolo: 895045

Errata da PORTARIA Nº 5616/22/DI/DF, contida no DOE nº 35.149 do dia 13/10/2022; Onde Lê-Se: Objetivo: Curso De Instrutor De Educação Física EB Rio De Janeiro; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Rio De Janeiro-PA; **Leia-Se:** Objetivo: Instrutor de Equitação na Escola de Equitação do Exército Brasileiro; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Rio De Janeiro-RJ; Ordenador: ROBINSON AUGUSTO BOULHOSA BEZERRA.

Protocolo: 894943

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº.

001/2022-CCC/PMPA; EXERCÍCIO: 2023/2024; OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato Administrativo no 001/2022-PMPA, por mais 12 (doze) meses, no valor total de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais); Data de Assinatura 11/01/2023; VIGÊNCIA: 14/01/2023 a 13/01/2024. A despesa com este termo aditivo ocorrerá da seguinte forma: Programa: 1297 – Manutenção da Gestão; Ação(Projeto/Atividade): 26/8338 – Operacionalização das ações administrativas; Natureza da Despesa 3.3.90.39 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Plano Interno: 4120008338C; Fonte do Recurso: 0101 (Recursos Ordinários); Empresa: VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA; CNPJ nº 03.817.702/0001-50; ORDE-NADOR: JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR – CEL QOPM RG 18044; Comandante Geral da PMPA.

Protocolo: 895215

TORNAR SEM EFEITO

EXTRATO DE PORTARIAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS – TORNAR SEM EFEITO

Tornar Sem Efeito os termos da PORTARIA Nº 1325/2022-DF- SUP FUNDOS, publicada no DOE nº Nº 35.212 do dia 07/12/2022 que autorizou o pagamento em nome de JONILDO DE CASTRO TEIXEIRA, CEL PM, MF: 58080061, por ter expirado o tempo de saque da ordem bancária. Ordenador de despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

Protocolo: 895092

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2022 – FUNSAU

Objeto: Aquisição de Livros e publicações médicas, farmacêuticas, científicas, técnicas e culturais.

Vigência: 29/12/2022 a 28/12/2023

Fontes: 0150 (Recurso Próprio) / 0350 (Recurso Próprio – Superávit) / Programa de Trabalho: 06.303.1502.8277.0000 / Natureza de Despesa: 33903901 (ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES) / PI:1050008277C

Valor: R\$ 2.370,00 (dois mil, trezentos e setenta reais)

Contratante: Fundo de Saúde dos Servidores Militares – FUNSAU

Contratada: ANDREI PUBLICAÇÕES MÉDICAS FARMACÊUTICAS E TÉCNICAS LTDA
Ordenador: RAIMUNDO AQUINO DE SOUZA DIAS – CEL QOPM R/R RG 12699
Diretor do FUNSAU.

Protocolo: 895097

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2022 – FUNSAU

Objeto: Aquisição de Livros e publicações médicas, farmacêuticas, científicas, técnicas e culturais.

Vigência: 29/12/2022 a 28/12/2023

Fontes: 0150 (Recurso Próprio) / 0350 (Recurso Próprio – Superávit) / Programa de Trabalho: 06.303.1502.8277.0000 / Natureza de Despesa: 33903901 (ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E ANUIDADES) / PI:1050008277C

Valor: R\$ 635,00 (seiscentos e trinta e cinco reais)

Contratante: Fundo de Saúde dos Servidores Militares – FUNSAU

Contratada: SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA

Ordenador: RAIMUNDO AQUINO DE SOUZA DIAS – CEL QOPM R/R RG 12699
Diretor do FUNSAU.

Protocolo: 895158

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 015, DE 11 DE JANEIRO DE 2023

Aprova o Plano Estratégico 2022-2031 do Corpo de Bombeiros Militar do Pará. O COMANDANTE-GERAL DO CBMPA e COORDENADOR ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 4º e art. 10 da Lei nº 5.731, de 15 de dezembro de 1992;



TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA AO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
005/2022/FUNSAU, DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O FUNDO DE SAÚDE DOS
SERVIDORES MILITARES – FUNSAU E A
EMPRESA SIMPRO PUBLICAÇÕES E
TELEPROCESSAMENTO LTDA, COMO ABAIXO
SE DECLARAM:

CONTRATANTE: **O FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – FUNSAU**,
pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 527,
entre Trav. Curuzú e Antônio Baena, Bairro: Marco, Belém/PA CEP: 66.093-802, inscrita
no CNPJ sob o nº 05.321.731/0001-52, nesta cidade, neste ato representado pelo Diretor,
Sr. CEL QOPM RG 27321 ALESSANDRO CEZAR **CAPISTRANO NEVES**, Diretor do
FUNSAU, nomeado através da Portaria nº 882/2023 SCCMO/DGP, publicada no Boletim
Geral da PMPA, nº 115/2023, de 19/06/2023, E-mail: pmpafunsau.contratos@gmail.com.

CONTRATADA: **SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA** – sito à
Rua Tibiri, Nº 120 – Bairro: Jardim, Estado de São Paulo – SP, CEP nº 02043-070,
CNPJ nº 52.704.921/0001-39, Fone: (11) 2281-1090 e (11) 937123855, e-mail –
fcabral@simpro.com.br representada neste ato pelo **Sr. ODIRSO GOBIS**, Brasileiro,
Empresário, Portador da Carteira de Identidade Nº 44226548-SSP/SP, CPF Nº
323.336.338-91



CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E JUSTIFICATIVA

1 – As partes contratantes, tendo identificado a necessidade de fazer cumprir as disposições do CONTRATO e escorados na Fundamentação Legal prevista no Parágrafo Único do Art. 38 e no Inciso II, do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos) e no **PARECER Nº 376/2023 – CONJUR I/MPMA** aplicando-lhes, supletivamente, o princípio da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, mediante as cláusulas e condições seguintes, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**:

Art. 57º. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

2 – O presente Termo Aditivo se justifica em função do requisito de uso das Revistas Médicas fornecidas pela empresa para uso exclusivo do Setor de Contas Médicas deste Fundo de Saúde dos Servidores Militares do Pará - FUNSAU.

CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO – DA VIGÊNCIA

1 – As partes decidem dar nova redação a CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, que passam a vigorar com a seguinte redação:

2 – O presente **Termo Aditivo** terá a duração de 12 (doze) meses, a contar da data de **29/12/2023** e término em **28/12/2024**, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, através de **Termo Aditivo**, conforme a fundamentação legal disposta no inciso II, art. 57, da Lei nº Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 (Licitação e Contratos) e suas alterações posteriores.



CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIO

1 – Os Recursos Orçamentários necessários ao atendimento do pagamento das obrigações decorrentes deste Credenciamento no presente exercício estão previstos na Dotação Orçamentária da **GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES – GAF/FUNSAU**:

OFÍCIO Nº 297 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2023 – GAF/FUNSAU

Empresa: SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA

Fonte: 01759000050 (Recurso Próprio)

02759000050 (Recurso Próprio – Superávit)

Programa de Trabalho: 06.303.1502.8277.0000

PI: 1050008277C

Natureza de Despesa: 333903901 (assinaturas de periódicos e anuidades)

Valor do contrato: R\$ 634,98 (seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos)

2 – Aqueles referentes ao(s) exercício(s) seguinte(s) serão alocados na(s) correspondente(s) lei(s) orçamentária(s) e assegurados no **CONTRATO**, mediante a assinatura de **TERMO ADITIVO**.

CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 - Para os devidos efeitos legais, ficam mantidos os valores estimados atribuídos aos serviços constantes no Contrato original, assim discriminado: valor global estimado R\$ 634,98 (seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA DO TERMO ADITIVO – DAS CÓPIAS

1 - Serão extraídas 05 (quatro) cópias do presente Termo Aditivo, sendo:

- a) 01 (cópia) para o Setor de Gerência Técnica do FUNSAU
- b) 01 (cópia) para o Setor de Gerência Administrativa Financeiro do FUNSAU
- c) 01 (cópia) para o Setor de Controle Interno do FUNSAU
- d) 01 (cópia) para o Fiscal Titular do Contrato
- e) 01 (cópia) para o Fiscal Interino do Contrato



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO PARÁ
FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES MILITARES



CLÁUSULA QUINTA DO TERMO ADITIVO - DA RATIFICAÇÃO

- 1 - As demais **Cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são pelo presente TERMO ADITIVO, ratificadas.**
- 2 - E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente **TERMO ADITIVO** em 02 (duas) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo qualificadas, devendo o mesmo ser publicado no Diário Oficial do Estado, conforme Parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal nº 8.666 de 21 junho de 1993.

Belém, 28 de DEZEMBRO de 2023

ALESSANDRO
CEZAR CAPISTRANO
NEVES:45827079200

Assinado de forma
digital por ALESSANDRO
CEZAR CAPISTRANO
NEVES:45827079200

**FUNDO DE SAÚDE DOS SERVIDORES
MILITARES- FUNSAU
CONTRATANTE**

ODIRSO
GOBIS:323336
33891

Assinado de forma
digital por ODIRSO
GOBIS:32333633891
Dados: 2023.12.13
14:34:48 -03'00'

**SIMPRO PUBLICAÇÕES E
TELEPROCESSAMENTO LTDA
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1ª Enk Maximus S. L. dos Reis
CPF Nº 035.835.092-18

2ª Gian Carlo Uagui Cabral Ribeiro
CPF Nº 026.483.402-03

GONÇALVES ALMEIDA, nomeado pela PORTARIA nº 005/2023-DL-PMPA -, que objetivava selecionar o menor lance para o fornecimento desses itens que haviam sido fracassados no certame anterior, foi verificado ao final da sessão pública que não houve participantes que pudessem ofertar lances para a aquisição do objeto em comento, resultando, portanto, no fracasso deste atual certame, assim sendo, RESOLVO: 01 - HOMOLOGAR o referido procedimento de Dispensa Eletrônica, na forma do Art. 71, inciso IV, § 4º da Lei Federal nº 14.133/21 c/c com o Art. 22 do Decreto Estadual nº 2.787/22; 02 - Declarar DESERTO, os itens abaixo, por não haverem interessados na oferta de lances.

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	QTD/ UND
02	Suspensão de Streptococcus equi em soro fisiológico, inativada pelo formol.	Frasco com 20 ml.	13 fr.
14	Cada 100 g contém: Fembendazol 14,6 g; Triclorfon 43,9 g; Excipiente q.s.p. 100 g.	Seringa contendo 26 g.	260 ser.
15	Bandagem elástica, material não tecido poroso, tipo auto-aderente, largura 100 mm, comprimento 4,5 m; cor: diferentes cores e estampas, características adicionais: com fibras elásticas.	Rolo.	100 rolos
21	Cada 100 ml contém: Cloridrato de detomidina 1 g; veículo q.s.p. 100 ml.	Frasco-ampola de 5 ml.	10 fr.
22	Cada 100 ml contém: Cetamina (cloridrato) 10 g; Veículo estéril q.s.p. 100 ml.	Frasco-ampola com 10 ml.	10 fr.
23	Cada 100 ml contém: Xilazina (cloridrato) 2 g; veículo q.s.p. 100 ml.	Frasco-ampola com 50 ml contendo solução injetável a 2% de cloridrato de xilazina.	10 fr.

03 - Tendo em vista o insucesso do presente certame, deverá a Seção de Contratação Direta e Procedimentos Auxiliares - SCDPA avaliar, com base na legislação que rege a matéria, a possibilidade de contratação direta para a aquisição desses itens que restaram desertos, devendo esses autos serem arquivados, após a devida publicação desta Homologação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. NELSON ALVES DE SENA - Cel QOPM; Diretor de Licitações/Homologador

Protocolo: 1024422

APOSTILAMENTO

2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2021-DAL/PMPA; Pelo presente fica apostilado o 1º Termo Aditivo do Contrato Administrativo Nº 017/2021-DAL/PMPA, celebrado entre a PMPA e a empresa ASEVEDO SILVA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, cujo objeto é REFORMA DO PRÉDIO DO HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - HPM, no município de Belém/PA, conforme abaixo: Onde se lê: O presente Termo Aditivo tem como objeto o acréscimo no percentual de 18% sendo calculado em cima do valor inicial do Contrato Administrativo nº 017/2021-DAL/PMPA, totalizando R\$ 486.153,93 (quatrocentos e oitenta e seis mil cento e cinquenta e três reais e novecentos e três centavos), que somado ao valor inicial do contrato R\$ 2.730.000,00 (dois milhões e setecentos e trinta mil reais) perfazendo assim o valor global de R\$ 3.228.213,93 (três milhões, duzentos e vinte e oito mil, duzentos e treze reais e noventa e três centavos); Leia-se lê: O presente Termo Aditivo tem como objeto o acréscimo no percentual de 17,8078361% sendo calculado em cima do valor inicial do Contrato Administrativo nº 017/2021-DAL/PMPA, totalizando R\$ 486.153,93 (quatrocentos e oitenta e seis mil cento e cinquenta e três reais e noventa e três centavos), que somado ao valor inicial do contrato R\$ 2.730.000,00 (dois milhões, setecentos e trinta mil reais) perfazendo assim o valor global de R\$ 3.216.153,93 (três milhões, duzentos e dezesseis mil, cento e cinquenta e três reais e noventa e três centavos) Belém/PA, 18 de Dezembro de 2023; JOSÉ DILSON MELO DE SOUZA JÚNIOR - CEL QOPM RG 18044; Comandante-Geral da PMPA.

Protocolo: 1024412

3º APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2021-DAL/PMPA; Pelo presente ficam apostilados o 2º, 3º, 4º e 5º Termos Aditivos do Contrato Administrativo Nº 017/2021-DAL/PMPA, celebrado entre a PMPA e a empresa ASEVEDO SILVA SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-EPP, cujo objeto é a REFORMA DO PRÉDIO DO HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ - HPM, no município de Belém/PA, conforme abaixo: Onde se lê: O valor global deste Termo Aditivo permanecerá o firmado em seu primeiro termo aditivo que é de R\$ 3.228.213,93 (três milhões duzentos e vinte e oito mil, duzentos e treze reais e noventa e três centavos); Leia-se lê: O valor global deste Termo Aditivo permanecerá o firmado em seu primeiro termo aditivo que é de R\$ 3.216.153,93 (três milhões duzentos e dezesseis mil cento e cinquenta e três reais e noventa e três centavos).

Protocolo: 1024420

DIÁRIA

PORTARIA Nº6766/23/DI/DF -

Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Dom Eliseu-PA; Destino: Marabá-PA; Período: 13/11/2023; Quantidade de diárias: 01 de alimentação; Servidores: TEN CEL PM Ibsen Loureiro De Lima; CPF: 714.342.162-68; Valor: R\$158,26. SGT PM Enéas Rodrigo Lima Lopes; CPF: 021.452.033-11; Valor: R\$131,88. SD PM Mathias Correia Araújo; CPF: 610.677.993-70; Valor: R\$126,60. RESPONDENDO COMO ORDENADOR: SANDRO WAGNER DE ANDRADE DO CARMO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7186/23/DI/DF -

Objetivo: Reforço de Policiamento (Op. Festas Seguras 2023); FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Mosqueiro-PA; Período: 29/12/2023 a 02/01/2024; Quantidade de diárias: 04 de alimentação e 04 de pousada; Servidores: SD PM Jcsé Aleff Xavier Silva; CPF: 551.919.672-91; Valor: R\$585,76. SD PM Felipe Heverton Carvalho Dos Santos; CPF: 008.340.602-64; Valor: R\$685,76. SD PM Antonio Luis Macedo Dos Santos Filho; CPF: 026.588.432-24; Valor: R\$685,76. SD PM Elivelton Rodrigues Alves; CPF: 021.506.992-73; Valor: R\$685,76. RESPONDENDO COMO ORDENADOR: SANDRO WAGNER DE ANDRADE DO CARMO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7187/23/DI/DF -

Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: São Félix Do Xingu-PA; Período: 16 a 20/12/2023; Quantidade de diárias: 05 de alimentação e 04 de alimentação; Servidor: SD PM Nelson Takashi Silva Sakamoto; CPF: 025.020.942-08; Valor: R\$1.139,40. RESPONDENDO COMO ORDENADOR: SANDRO WAGNER DE ANDRADE DO CARMO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7188/23/DI/DF -

Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 29/12/2023 a 02/01/2024; Quantidade de diárias: 04 de alimentação e 04 de alimentação; Servidor: SGT PM Laudelino Corrêa Junior; CPF: 354.027.332-87; Valor: R\$1.055,04. RESPONDENDO COMO ORDENADOR: SANDRO WAGNER DE ANDRADE DO CARMO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

PORTARIA Nº7189/23/DI/DF -

Objetivo: A Serviço da PMPA; FUNDAMENTO LEGAL: Lei. Nº 5.119/84; Município de origem: Belém-PA; Destino: Salinópolis-PA; Período: 29/12/2023 a 02/01/2024; Quantidade de diárias: 04 de alimentação e 04 de alimentação; Servidores: SGT PM Alan Ricardo Espírito Santo Da Rocha; CPF: 266.266.322-72; Valor: R\$1.055,04. SD PM Tiago Machado De Carvalho; CPF: 990.754.662-34; Valor: R\$1.012,80. RESPONDENDO COMO ORDENADOR: SANDRO WAGNER DE ANDRADE DO CARMO; Prazo para prestação de contas: 05 (cinco) dias após a data de retorno.

Protocolo: 1024392

EXTRATO DE PORTARIAS DE CONCESSÃO - PUBLICAÇÃO

Portaria nº 1196/2023-DF-SUP FUNDOS;Suprido: CARLOS ALBERTO DA SILVA, CAP, MF: 5667909-1, do efetivo do (a) CPAT; Prazo p/ aplicação do recurso até o dia 31 de dezembro do corrente ano; Prazo p/ Prestação de Contas: 15 (quinze) dias; Valor: R\$ 1.000,00; Elemento de Despesa: 33.90.30 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO; Fonte de recurso: 01500000001 (tesouro); Ordenador de Despesa: Ubirajara Magela De Sousa Falcão, Cel QOPM.

Valor por extenso: (UM MIL REAIS)

Data: 18 de dezembro de 2023

18/12/2023

CPF: 569.472.322-87

PAE: 2023/1284897

Protocolo: 1024431

FUNDO DE SAÚDE DA POLÍCIA MILITAR

TERMO ADITIVO A CONTRATO

1º Termo Aditivo de Vigência ao Contrato Administrativo nº 005/2022 - FUNSAU

Objeto: ASSINATURA DE REVISTA MÉDICA

Vigência: 29/12/2023 a 28/12/2024

Recursos Orçamentários: 01759000050 (Recurso Próprio)/02759000050 (Recurso Próprio - Superávit)/Programa de Trabalho: 06303150282770000/PI: 1050008277C/Natureza de Despesa: 333903901

Valor total: R\$ 634,98 (seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos)

Contratante: Fundo de Saúde dos Servidores Militares - FUNSAU

Contratada: SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA

Ordenador: ALESSANDRO CEZAR CAPISTRANO NEVES CEL QOPM RG 27321 - Diretor do FUNSAU

Protocolo: 1024206